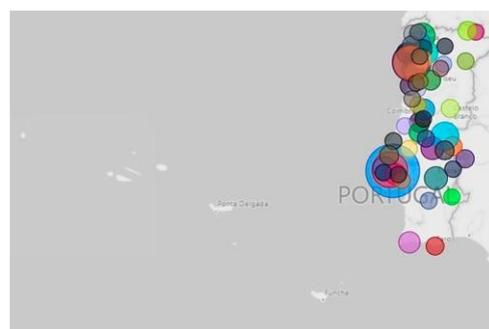
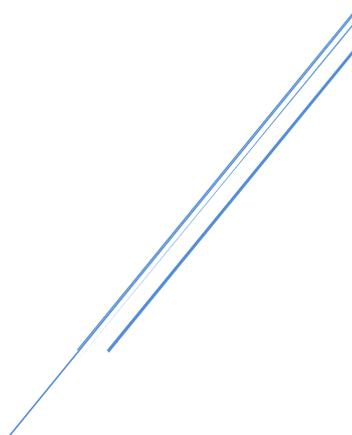

ATUALIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL

**INFORMAÇÃO
SOBRE MEDIDAS
ESPECIAIS DE
CONTRATAÇÃO
PÚBLICA
DISPONÍVEL EM
TEMPO REAL**



O Tribunal de Contas disponibiliza no seu site informação agregada, em tempo real, sobre as **Medidas Especiais de Contratação Pública (MECP)**.

No **painel informativo** podem ser consultados, de forma interativa, dados relativos ao número e tipo de contratos, adjudicante e adjudicatário, preços contratuais, valores contratados, procedimento a que diz respeito, local de execução e financiamento. É também possível selecionar a informação a consultar consoante a data de submissão dos contratos ao Tribunal de Contas.

AUDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE FUNDOS EUROPEUS E PRR



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e a Juíza Conselheira Helena Abreu Lopes, participaram no dia 19 de julho na [audição parlamentar](#) da Subcomissão para o acompanhamento dos Fundos Europeus e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Durante a audição, foram apresentadas as ações do Tribunal em curso relativas à aplicação dos fundos europeus e do PRR.

Salientou-se que o controlo se exerceu nas seguintes vertentes: Parecer sobre a Conta Geral do Estado, verificação das contas prestadas pelos gestores de fundos europeus, auditorias, fiscalização prévia, concomitante e sucessiva de contratos públicos, acompanhamento de ações desenvolvidas pelo Tribunal de Contas Europeu em Portugal e apuramento e efetivação de responsabilidades financeiras detetadas durante a execução dos programas.

NOVA JUÍZA CONSELHEIRA TOMA POSSE NA SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DO TRIBUNAL DE CONTAS



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, conferiu, no dia 1 de setembro, em Ponta Delgada, posse à nova Juíza Conselheira da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Cristina Flora.

No seu discurso, o Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, sublinhou que se vivem hoje em dia tempos de incerteza, imprevisibilidade, com novos desafios e riscos, com impacto na atividade do Tribunal de Contas, nomeadamente os ligados à demografia, alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável.

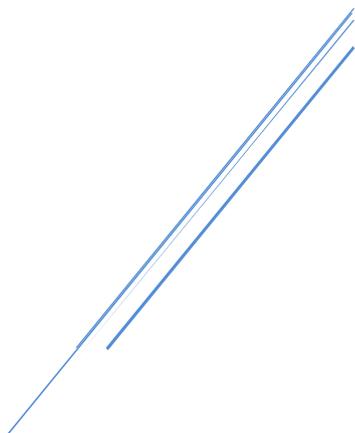


Destacou ainda outros desafios, como as mudanças impostas pela digitalização da Administração Pública, a descentralização, as ações de resposta à pandemia e às consequências decorrentes da guerra na Ucrânia e a aplicação eficiente e eficaz do Plano de Recuperação e Resiliência e do Plano Financeiro Plurianual.



Doutorada em Direito Fiscal, no sub-ramo de direito europeu, pela Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Mestre e Licenciada em Direito, Cristina Flora exercia até ao momento as funções de Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul, na Secção do Contencioso Tributário.

SEMINÁRIO BRASIL-PORTUGAL. CONTROLO EXTERNO AMBIENTAL: RESÍDUOS SÓLIDOS



No Seminário Brasil-Portugal “Controlo Externo Ambiental: Resíduos Sólidos”, que decorreu no dia 12 de setembro, na sede do Tribunal de Contas, em Lisboa, o Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, salientou que o ambiente e as alterações climáticas são simultaneamente uma área de controlo, uma dimensão do interesse público e uma necessidade pública.

“Trata-se de um tema de emergência a que importa dar resposta urgente e eficaz nos planos global, europeu e nacional, em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas”.

A sessão de abertura do Seminário coube ao Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, ao Embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, ao Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa, Sebastião Helvécio Castro, e ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro.



O Embaixador Raimundo Carreiro colocou o foco na necessidade de uma gestão adequada de resíduos sólidos no seu País e nos esforços desenvolvidos a nível nacional e mundial, enquanto o Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa, Sebastião Helvecio Castro, demonstrou a importância da preservação da Amazônia, considerando “um erro enorme” um eventual desmantelamento da floresta. Ambos salientaram a importância da cooperação Brasil-Portugal.

O Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, destacou o relatório de “Auditoria à Gestão dos Resíduos Urbanos de Plástico”, que o Tribunal de Contas divulgou em março, garantindo que as recomendações formuladas vão ser tidas em consideração na revisão do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) que o Governo está a concluir.

Já o painel dedicado ao “Controlo Ambiental: Resíduos Sólidos” foi aprofundado pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Júlio Pinheiro, pela Conselheira do Tribunal de Contas de Portugal Helena Abreu Lopes e pelo ex-Deputado Federal e Relator do projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Fábio Feldmann.

O Conselheiro Júlio Pinheiro deu a conhecer a experiência do Tribunal do Estado do Amazonas em auditorias ambientais que realizou e abordou a importância da questão “Dano Ambiental versus Ação dos Tribunais de Contas”. Neste sentido, defendeu a aposta numa ação preventiva e proativa, já que esta permite monitorizar as ameaças existentes, planear ações futuras e evitar danos e conflitos, assim como na educação ambiental.

“Se cada um de nós fizer a sua parte, vamos minimizar muito as questões ambientais. Se os Tribunais agirem de forma efetiva e de ofício, teremos, sem dúvida, dias melhores. Aqui na Terra não há como deitar fora o lixo, porque não há um 'fora'”, frisou.

A Conselheira Helena Abreu Lopes afirmou que a sustentabilidade ambiental tem tudo a ver com os Tribunais de Contas e fez uma análise às principais conclusões da auditoria realizada a nível nacional, mas que foi igualmente integrada num relatório internacional conjunto. Aludiu, ainda, ao “grave contexto da produção, gestão e tratamento dos resíduos”, considerando que este é um dos grandes desafios globais e alertando para os riscos do seu “crescimento exponencial”. Um dos exemplos que deu foi o do Atlântico Norte, onde existe uma “enorme ilha de plástico”.



Na sua intervenção, o Deputado Federal Fábio Feldmann sublinhou a experiência relativa ao projeto de Lei sobre resíduos sólidos no Brasil e classificou os Tribunais de Contas como “instrumentos muito importantes do controlo do poder público e do setor empresarial”. “À medida que há ação

articulada dos Tribunais de Contas no mundo, nestes temas e nesta agenda, haverá ações muito produtivas e concretas", salientou.

O Seminário encerrou com o lançamento do Livro da autoria do Conselheiro Júlio Pinheiro com o título "Resíduos Sólidos – Municípios do Estado do Amazonas".

CONSELHO DIRETIVO DA EUROSAI REUNIDO EM LISBOA



O Tribunal de Contas acolheu na antiga Sala de Sessões do Tribunal de Contas, no Torreão Oriental do Terreiro do Paço, nos dias 21 e 22 de setembro, a Reunião Anual do Conselho Diretivo da EUROSAI (Organização Europeia de Tribunais de Contas), sob a Presidência da Instituição congénere da Chéquia, a cargo de Miloslav Kala.

Na agenda da reunião, destacaram-se a discussão de assuntos relacionados com o Plano Estratégico 2024-2030, a apreciação do relatório sobre o papel dos Tribunais de Contas em questões emergentes, como a demografia, as tecnologias de informação e as alterações climáticas, bem como o ponto de situação sobre a execução dos vários projetos em curso.



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, considerou esta reunião muito produtiva e da maior utilidade, sobretudo nos atuais tempos de crise, em que a cooperação internacional é um valor inestimável.

AUDIÇÃO DO TDC NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE AUDITORIA À GESTÃO DO NOVO BANCO



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e o Juiz Conselheiro Relator José Manuel Quelhas foram ouvidos na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças sobre o Relatório de Auditoria à Gestão do Novo Banco com Financiamento Público.

Ao longo de três horas, o Tribunal de Contas respondeu a diversas questões suscitados pelos Deputados dos vários Grupos Parlamentares.

PARECER SOBRE A CONTA GERAL DO ESTADO ENTREGUE PELA 1.ª VEZ ANTES DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO



O Tribunal de Contas entregou no dia 4 de outubro na Assembleia da República o Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) de 2021.

Esta é a primeira vez que o Tribunal de Contas disponibiliza o Parecer antes da entrega da proposta do Orçamento do Estado para o ano seguinte (neste caso 2023), ao abrigo da [Lei de Enquadramento Orçamental de 2015](#) e também na sequência da apresentação pelo Governo da Conta Geral do Estado (CGE) de 2021 em 16 maio.

Esta antecipação configura uma alteração qualitativa de grande significado, uma vez que permite que a discussão do Orçamento do Estado para o ano seguinte tenha em consideração a apreciação aos resultados do ano anterior, neste caso o ano de 2021. Trata-se de uma concretização há muito desejada e que agora vem melhorar o processo de apreciação dos orçamentos e das contas do Estado.

O Parecer aprecia a atividade financeira do Estado, tal como reportada pela Conta, que abrange, em 2021, a execução orçamental de 483 entidades da administração central (AC) e a conta consolidada de 11 entidades da segurança social (SS), apresentada também em base de acréscimo. O Parecer confirma a execução orçamental especialmente influenciada pelo crescimento económico do ano e pelos apoios públicos ainda em muito direcionados para a pandemia. No final do ano, verificou-se um aumento da receita em 7 mil M€ e da despesa em 3,8 mil M€, tendo o défice totalizado 8 mil M€. A implementação dos projetos da reforma das contas públicas continuou com um baixo nível de

execução e sem um verdadeiro programa completo, faseado e detalhado. O processo orçamental, iniciado com a apresentação do OE 2021, foi enquadrado pelos documentos legalmente previstos, embora sem o nível de articulação e consistência desejado.

À semelhança dos anos anteriores, realça-se a impossibilidade de analisar os elementos patrimoniais de forma agregada por a Conta continuar a não incluir o balanço e a demonstração de resultados da administração central. A ausência destes elementos limita as decisões de política orçamental para os anos seguintes.

São emitidas 49 recomendações, de forma a suprir as insuficiências detetadas na CGE 2021 e que abrangem um conjunto variado de situações consideradas essenciais incluindo uma implementação mais célere da reforma das finanças públicas e os desenvolvimentos necessários ao nível dos sistemas de informação e da legislação.

O Parecer inclui um juízo com reservas e ênfases sobre a legalidade, correção financeira e o controlo interno. São também assinaladas melhorias verificadas no reporte, designadamente ao nível das alterações orçamentais, do impacto das medidas COVID-19, das operações imobiliárias das entidades públicas reclassificadas bem como ao nível do reporte das receitas cessantes e das despesas de administração das entidades da Segurança Social.

1.º ENCONTRO DE JOVENS AUDITORES DA CPLP NOS AÇORES



“O Auditor do Futuro” foi o tema do 1.º Encontro de Jovens Auditores da Organização dos Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pelo Tribunal de Contas de Portugal, que decorreu nos Açores entre os dias 10 e 12 de outubro.



Este 1.º encontro, organizado pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas de Portugal, trouxe a Ponta Delgada quase meia centena de jovens auditores com idades até aos 35 anos, em representação dos Tribunais de Contas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal.

“Nada é permanente, exceto a mudança” (Heráclito), foi com esta expressão que o Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, José Tavares, deu início à abertura do encontro, dirigindo-se a uma audiência de jovens auditores dos vários Tribunais de Contas, que classificou como “observatórios e laboratórios”, que têm de se adaptar às questões emergentes da transformação digital, demografia, ambiente e alterações climáticas, qualificação técnica e seu impacto nas auditorias.

Se, por um lado, as novas tecnologias estão ao serviço dos auditores do futuro, por outro, José Tavares sublinhou que “há coisas que nunca mudam”: “O auditor do futuro tem de ser independente, objetivo, imparcial, verdadeiro, competente, trabalhador, com um sólido carácter e comportamento eticamente exemplar”.



O Presidente da Organização dos Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Amadú Tidjane Baldé, que é simultaneamente Presidente do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, também dirigiu as suas palavras na abertura para a importância deste “espaço de troca e de partilha de saberes e experiências” e a criação de redes dentro da Organização. “Estão aqui os alicerces, o presente e o futuro de todos nós”.



Veja aqui as [entrevistas](#) aos jovens auditores da Organização dos Tribunais de Contas da CPLP, e também ao Presidente José Tavares e ao Presidente da OISC-CPLP, bem como a [Reportagem da RTP Açores](#) sobre o evento.

AUDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO 2023



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e a Conselheira da área do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, Ana Furtado, foram ouvidos no dia 28 de outubro no Parlamento sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2023, incidindo sobre o acolhimento de recomendações formuladas pelo Tribunal.

Entre os principais aspetos debatidos na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, destacaram-se as fases de execução da **Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)**, a certificação da Conta geral do Estado em 2024 (face ao ano de 2023) e a Entidade Contabilística Estado (ECE), os programas orçamentais, o princípio da unidade da Tesouraria e a inventariação do Património do Estado.

O Tribunal de Contas respondeu também a outras questões suscitadas pelos deputados, nomeadamente no âmbito da contratação pública.

Veja aqui a [Audição Parlamentar do Tribunal de Contas](#)

**JUIZ CONSELHEIRO
ANTÓNIO MARTINS
REELEITO VICE-
PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE
CONTAS**



O Juiz Conselheiro António Martins tomou posse no dia 3 de novembro como Vice-Presidente do Tribunal de Contas, renovando desta forma o seu mandato por mais três anos, após a sua reeleição pelo Plenário Geral em sessão de 28 de outubro.



No seu discurso, afirmou que nos tempos atuais, a sua motivação é continuar a contribuir com o máximo empenho para a preservação da independência e para o reforço do prestígio e da credibilidade do Tribunal de Contas, numa constante preocupação de serviço e defesa do interesse público".

Por isso, reiterou que a Constituição, a Lei e o interesse público devem ser “a bússola” que manterá o Tribunal de Contas no rumo certo, destacando a importância de o Tribunal desempenhar as suas atribuições e competências com acrescido rigor, eficiência e ética.

No final da sua intervenção, e tal como há três anos, o Vice-Presidente voltou a lançar o repto para a criação de uma cultura de partilha de conhecimento e informação entre as diversas secções especializadas na Sede, por um lado, e, por outro, entre estas secções e as secções regionais.

Neste sentido, destacou a necessidade de desenvolvimento das ferramentas informáticas, ressaltando também que a criação daquela cultura só pode fazer-se com as pessoas.

PLANO
ESTRATÉGICO
2023-2025
E
PLANO DE AÇÃO
2023



O Tribunal de Contas aprovou o Plano Estratégico 2023-2025 e o Plano de Ação 2023, que têm em conta o contexto de incerteza e imprevisibilidade dos impactos da guerra na Ucrânia, da pandemia de Covid-19, dos fenómenos naturais e do desenvolvimento digital.



Para os próximos três anos, o Tribunal definiu três grandes Objetivos Estratégicos que passam por um firme empenho em contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável das finanças públicas, a boa gestão dos recursos públicos e a promoção da responsabilidade e da prestação de contas.

“Controlo da Gestão”, “Rigor e Responsabilidade” e “Valor e Impacto” são os três grandes pilares dos Objetivos Estratégicos formulados.

Entre os vários eixos prioritários de ação, estão os riscos e desafios associados à sustentabilidade, à cobertura e qualidade dos serviços públicos das áreas sociais e ao controlo das reformas e investimentos com financiamento europeu. Mas também os identificados quanto à simplificação administrativa e à transformação digital, às alterações climáticas e à transição energética, à descentralização e à preparação do processo de certificação da Conta Geral do Estado.

Para 2023, o primeiro ano de vigência do Plano Estratégico, o Tribunal de Contas aprovou recentemente o seu Plano de Ação, que classifica como “ambicioso, mas exequível” e que “cumpre rigorosamente o mandato da Instituição”.

É dada especial atenção à eficiência e ao aperfeiçoamento da atividade, impulsionados pela programação intersetorial, potenciando as ações a desenvolver pelas várias Secções do Tribunal.



A transformação digital dos processos de fiscalização também merece uma atenção especial, tendo sido igualmente aprovado o Plano Estratégico para a Transformação Digital do Tribunal de Contas 2023-2025.

A cooperação internacional, onde o Tribunal de Contas português conquista reconhecida relevância, permanece com uma dimensão significativa no conjunto da atividade da Instituição.

No próximo ano, o Tribunal de Contas de Portugal continuará a presidir ao Comité de Contacto dos Presidentes dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres da União Europeia, estando prevista no mês de junho em Lisboa a reunião anual destas Instituições.

O Tribunal é membro do Conselho Diretivo da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas), em cujas reuniões estará presente, assegurando também a participação nos seguintes Grupos de Trabalho desta Organização: Dívida Pública (WGPD); Auditoria da Contratação Pública (WGPPA); “Big Data” (WGBD); Valor e Benefícios das ISC (WGVBF); e Fórum das ISC com funções Jurisdicionais.

Sendo membro da OISC-CPLP (Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa), o Tribunal continuará a cooperar com os seus congéneres enquanto Centro de Estudos e Formação da Organização, contribuindo ainda para a execução do programa PROPALOP. Neste contexto, o Tribunal participará na Assembleia Geral que vai decorrer na cidade de Bissau, em outubro.

No próximo ano, o Tribunal continuará como auditor externo do “European Molecular Biology Laboratory and Council” (EMBL e EMBC) e como membro do “Audit Board” do EUROCONTROL. Além disso, dará início aos trabalhos da auditoria externa da Organização Europeia de Investigação Nuclear - CERN (2023-2025) e do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (2023-2025).

Ao nível dos recursos humanos, o enfoque recai sobre o rejuvenescimento dos quadros técnicos e a capacitação e motivação dos trabalhadores. Para estes objetivos contribuirá, também, a revisão das carreiras, que se encontra em processo legislativo, e a melhoria das instalações.

Considerando todas as suas múltiplas funções, o Tribunal programou para 2023 um vasto número de ações, nomeadamente:

- Fiscalização dos atos e contratos que derem entrada no Tribunal;
- Emissão dos pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2022, incluindo a da Segurança Social, sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira de 2022, em relação aos quais serão desenvolvidas 38 ações preparatórias. Serão igualmente iniciados os trabalhos relativos a 25 ações preparatórias do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2023, que será apresentado à Assembleia da República até 30 de setembro de 2024;

- Realização de 123 auditorias, verificações externas de contas e pareceres sobre as contas da Assembleia da República (AR), da Presidência da República (PR) e das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas;
- Verificação interna de 613 contas de entidades públicas;
- Realização de 34 auditorias de apuramento de responsabilidades financeiras;
- Realização de 20 estudos e pareceres;

“Estou certo de que, ao longo do ano de 2023, o Tribunal, apoiado na dedicação e competência técnica dos seus Serviços de Apoio, cumprirá a sua missão e executará com eficácia o seu Plano de Ação, contribuindo para a melhoria da gestão financeira pública e prestando, desse modo, o melhor serviço aos Cidadãos”, sublinha na nota de apresentação o Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares.

ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA ROMÊNIA



O Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, acompanhado pelo Diretor-Geral, Fernando de Oliveira Silva, e pelo Diretor do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação, João Carlos Cardoso, participou na Cerimónia Comemorativa do 30.º Aniversário do restabelecimento do Tribunal de Contas da Roménia em 1992, após a transformação política ocorrida no País.

O Presidente José Tavares interveio na Conferência Comemorativa dedicada ao Tema da “Transição Digital”.



José Tavares com o Presidente do Tribunal de Contas da Roménia, Mihai Busuioc

Em 1991 e 1992, o Tribunal de Contas de Portugal participou ativamente no processo de restabelecimento da Instituição, hoje presidida por Mihai Busuioc, seguindo-se até hoje um intenso quadro de cooperação nos planos bilateral e da União Europeia.

Em reconhecimento da cooperação prestada pelo Tribunal de Contas de Portugal, o Presidente da República da Roménia, Klaus - Werner Iohannis, agraciou o Presidente do Tribunal, José Tavares, com o Grau de Comandante (Comandor) da Ordem Nacional Estrela da Roménia (Steaua României).



Presidente da República da Roménia, Klaus-Werner Iohannis, agracia Presidente do Tribunal, José Tavares

YOUNG EUROSAI EM ESTOCOLMO



Os Técnicos Verificadores Superiores do Tribunal de Contas Carim Vali e Tânia Silva participaram na **Young EUROSAI (YES)**, que decorreu em Estocolmo, de 12 a 15 de setembro, dedicada à cultura experimental centrada na profissão do auditor, à cultura organizacional e ao auditor individual.

Nesta conferência, que se realiza a cada dois anos desde 2013, Carim Vali e Tânia Silva fizeram uma apresentação sobre o tema “Ultrapassando a situação de emergência decorrente da pandemia por COVID-19: Um novo enquadramento legal para a contratação pública e a adaptação das instituições supremas de controlo a novos métodos de trabalho”.

A YES constitui uma oportunidade para os jovens auditores compartilharem novas ideias e explorarem soluções para os desafios que os Tribunais de Contas enfrentam hoje e no futuro.

ASSEMBLEIA GERAL DA OLACEFS



O Vice-Presidente do Tribunal de Contas, António Martins, e o Juiz Conselheiro Luís Cracel Viana, participaram na XXXI Assembleia Geral Ordinária da Organização Latino-Americana e das Caraíbas dos Tribunais de Contas (OLACEFS), que decorreu em Oaxaca de Juárez, no México, de 20 a 24 de setembro.

O Tribunal de Contas é membro observador desta Organização desde 1988.

Dos temas em debate, destacaram-se:

- a fiscalização da execução de programas de combate à pobreza e relacionados com educação e saúde,
- a epidemia COVID-19,
- o contributo dos Tribunais de Contas para a prevenção e combate de situações emergentes.

O Plano Estratégico da OLACEFS para 2023-2028, a auditoria financeira da Organização, assim como a proposta de entrada de eventuais novos membros constaram também na agenda da Assembleia Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS É O NOVO AUDITOR EXTERNO DO CERN



O Tribunal de Contas foi eleito para ser o novo Auditor Externo do CERN - Organização Europeia de Investigação Nuclear, considerado o maior laboratório de física de partículas do mundo, que funciona em Genebra, na Suíça, num mandato com início a 1 de janeiro de 2023 e até 2025.

O CERN é a organização mais prestigiada na investigação nuclear, sendo composta por 23 Estados Membros e outros Estados associados, e cujo trabalho tem aplicação em muitos domínios: energia, tecnologias de informação e comunicação, saúde, engenharia, sendo notável o seu efeito na economia e na vida em sociedade.

A candidatura portuguesa foi entregue há mais de um ano, na sequência de um concurso público internacional dirigido aos Tribunais de Contas dos vários Estados Membros e acabou por ser a escolhida no final do mês de setembro.

“Esta eleição dignifica o nosso Tribunal de Contas e o nosso País e é o reconhecimento da qualidade e da nossa dedicação noutras organizações internacionais”, sublinha o Presidente do Tribunal de Contas, José Tavares.

Ao longo do triénio 2023-2025, o Tribunal de Contas vai ter a trabalhar nesta missão uma equipa de seis pessoas coordenadas pela Juíza Conselheira Maria da Luz Carmezim, sempre com o espírito de permanente preocupação pela ciência e pela busca do conhecimento com que desempenhou o seu papel junto de todas estas organizações internacionais que concorrem para esse fim.

Esta não é a primeira vez que o Tribunal de Contas é Auditor Externo de prestigiadas Organizações internacionais. Entre elas, destacam-se as seguintes: ESA (Agência Espacial Europeia), ESO

(Organização Europeia para a Observação Astronómica do Hemisfério Sul), IUE (Instituto Universitário Europeu), EUMETSAT (Organização Europeia de Satélites Meteorológicos), EUROCONTROL (Organização Europeia de Navegação Aérea), EMBL (Organização Europeia de Biologia Molecular), CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Organização Ibérica de Nanotecnologia.

“Estas missões internacionais do Tribunal de Contas de Portugal, além do serviço público que prestamos, também nos enriquecem pela experiência que representam”, reforça José Tavares.

COOPERAÇÃO COM TRIBUNAL DE CONTAS E CPC DE CABO VERDE



O Presidente do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, juntamente com o Diretor-Geral, visitou em 17 de outubro o Tribunal de Contas de Cabo Verde e o recentemente criado Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

Esta visita, a convite do Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde e Presidente do CPC, teve como finalidade partilhar a experiência das Instituições congéneres portuguesas.

Para o efeito, teve lugar uma conferência sobre o papel destas entidades no âmbito da prevenção da corrupção, em que participaram cerca de 80 dirigentes da Administração Pública, e onde também estiveram presentes a Ministra da Justiça, a Ministra da Reforma do Estado e da Administração Pública, o Procurador-Geral da República e o Embaixador de Portugal em Cabo Verde.

Realizaram-se, ainda, reuniões bilaterais com o Tribunal de Contas e com o CPC de Cabo Verde.

À margem desta ação de cooperação, foi também realizada uma reunião com a Delegação da União Europeia em Cabo Verde sobre o Programa Pro-PALOP/TL.

CONGRESSO DA EURORAI



Os Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas Paulo Pereira Gouveia (Secção Regional da Madeira) e Cristina Flora (Secção Regional dos Açores), bem como a Subdiretora-Geral Conceição Ventura participaram no XI Congresso da EURORAI, Organização que reúne Câmaras de Contas Regionais, em Palma de Maiorca entre 19 e 22 de outubro.

No Congresso foram tratados vários temas, em particular a avaliação das políticas públicas no domínio da saúde, mais especificamente, a auditoria a hospitais, no quadro regional e local, que permitiram recolher informação e exemplos a considerar na atividade das Secções Regionais.

XXIV CONGRESSO MUNDIAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



O Tribunal de Contas marcou presença no XXIV Congresso da Organização Mundial dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres (INTOSAI), organizado pelo Tribunal de Contas da União do Brasil, que assume a Presidência desta Organização Internacional para os próximos três anos.

No Congresso, que decorreu de 7 a 11 de novembro, estiveram representados 160 Países e 30 Organizações Internacionais convidadas (entre as quais a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OCDE).

Ao longo do Congresso realizaram-se vários eventos paralelos, de que se salienta o Fórum Internacional de Auditoria, onde intervieram personalidades do meio académico, da cultura e dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres. Pelo Tribunal de Contas de Portugal foram intervenientes os juízes Conselheiros Helena Abreu Lopes (O papel dos Tribunais de Contas na prevenção da corrupção) Ana Furtado (Responsabilidade orçamental e Dívida Pública), José Manuel Quelhas (A Independência dos Tribunais de Contas e a participação cidadã) e o Diretor-Geral, Fernando Oliveira Silva (Transformação Digital nos Tribunais de Contas).



Decorreu ainda um evento sobre o valor e benefícios da função jurisdicional dos Tribunais de Contas, em que o Presidente José Tavares, acompanhado pela Subdiretora-Geral Conceição Ventura, apresentou o modelo do Tribunal de Contas de Portugal.

À margem do Congresso foram realizadas reuniões multilaterais com os Tribunais de Contas da União Europeia e da CPLP, bem como reuniões bilaterais com os Tribunais de Contas da Tailândia, Marrocos, Perú e Colômbia.

Veja a documentação do Congresso no [site da INTOSAI](#).

30.º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA GUINÉ-BISSAU



O Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, José Tavares, participou na cerimónia comemorativa do 30.º Aniversário do Tribunal de Contas na Guiné-Bissau, no dia 30 de novembro.

Na sua intervenção salientou o papel insubstituível dos Tribunais de Contas na estrutura do Estado, pelo contributo para a boa gestão pública.

A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, tendo também participado os demais Órgãos de Soberania da Guiné-Bissau, assim como o Embaixador de Portugal e outros Embaixadores acreditados naquele País.